

Contributo para a Apreciação Pública do Proposta Lei Nº 254/XII

Diploma:	Proposta Lei
N.º:	254/XII
Identificação do sujeito ou entidade:	Antonio Jose de Matos Nunes da Silva
Morada ou Sede:	R. Melvin Jones, 4, 1-F-E
Local:	Oeiras
Código Postal:	2780-133 Oeiras
Endereço Eletrónico:	ajmnsilva@gmail.com
Texto do Contributo:	<p>1-Consultadas as 300 páginas da Proposta de OE2015 e alguns dos seu mapas, chega-se à conclusão de que, mercê da Constituição e dos juízes que por ela velam, e por se aproximarem eleições, mas contra a vontade expressa do 1º Ministro, seus apoiantes e comentadores como Medina Carreira, Tiago Carreira ou César das Neves, há acentuado alívio no ataque aos pensionistas. Não alívio total às medidas gravosas que já vêm de governos anteriores, como Teixeira dos Santos, com as graves penalizações nas reformas antecipadas, no congelamento, nas deduções de IRS, nas regras de cálculo, etc. e reforçadas por este Governo/Troika. Há também alívio parcial ao agravamento dos vencimentos de quem serve a colectividade. Mas continua a alargar-se benefícios a donos de sector privado. Penso, como tenho dito repetidamente, que este pequeno alívio de pensionistas e sector público irá ter alguns efeitos benéficos no mercado interno, no desemprego, na economia, no investimento, no consequente aumento de receitas do Estado mas com menores dores individuais. 2- Comento e resumo a seguir o que consta nos Artigos da proposta de OE2015 que julgo serão do interesse da generalidade dos cidadãos, indicando quais os artigos e páginas, para facilidade de consulta de quem o desejar: -Mantém-se congelado o valor do IAS (indexante dos apoios sociais) em 419,22€, distanciando-se mais do valor do salário mínimo (art.º 115º, pág. 118) -Mantém-se congelado o valor nominal das pensões (não haverá actualização em 2015, excepto para as indexadas às remunerações no activo) (art.º 116º, pág. 118 e 119) -A CES foi muito alterada: Só a paga quem receber mensalmente mais de 4611,42€ (11xIAS ou seja 11x419,22€) e do seguinte modo: 15% do que estiver entre os 4611,42 e 7126,74 (17xIAS) E 40% do que exceder os 7126,74 (Art.º 78º, págs 87 a 90). - Subsídio de Natal para o sector público continua por duodécimos como em 2014 (art.ºs 35º e 36º, págs. 33 a 35). Como nada se fala sobre o de férias, pressupõe-se ser este pago nos meses em que o eram antigamente (Junho para os do activo, Julho para pensionistas). -Nada vi na proposta de OE quanto a diminuição remuneratória em 2015 pelo que depreendo ser extinta. - Continua em vigor a proibição de valorizações remuneratórias de quem trabalha para a colectividade (com algumas excepções). Pelo 4º ano consecutivo! (art.º 38º, págs. 35 a 42) -Mantém-se o valor do subsídio de refeição (o de 2009) (art.º 43º, pág.45 e 46) -Mantém-se o regime de 2014 quanto ao pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar (art.º 45º, pág. 47). -Mantém-se o regime das subvenções mensais vitalícias a ex-titulares de cargos políticos: suspensão (não eliminada) enquanto tiver rendimento mensal superior a 2000€. Para o provar é a sua declaração de IRS (como há rendimentos que têm taxas liberatórias e não constam na declaração de IRS, é evidente o que pode suceder) (Artº79º. pág. 91 e 92). -Há diversas alterações nas regras para o cálculo de futuras pensões (art.º 81, págs. 93 a 96). -A verba para assistência</p>

	<p>financeira à Grécia (!!!!), que é de 69,1 milhões em 2014, aumenta (!!!!) para 98,6 milhões de euros em 2015. (art.º 128º, pág. 131) -O Governo fica autorizado a endividar-se em mais 8600 milhões de euros em 2015 (art.º 130º, , pág. 132) - O governo fica autorizado a pedir emprestados(!!!) 50 milhões em 2015 (foram 10 milhões em 2014), para financiar a sua reabilitação urbana. E a usar mais empréstimos para financiamento do Programa Reabilitar para arrendar(!!!!), isto apesar da lei do arrendamento dar aos senhorios muitos mais poderes para subir rendas(!!!)(art.º 131º, pág. 132 e 133). -O Estado fica autorizado a usar 24,67 mil milhões para garantias ao sistema financeiro (!!!!) (art.º 137º, pág. 137) -Continuam sendo suportados pelo Serviço Nacional de Saúde a comparticipação às farmácias de beneficiários da ADSE, SAD e ADM (art.º 151º, pág. 146) bem como os encargos com saúde quando prestados por estabelecimentos e serviços do SNS (art.º 149º, pág. 144 e 145). -As taxas moderadoras podem subir em 2015 se for negativa a taxa de inflação de 2014 (art.º 113º, pág. 148). -Os pensionistas de pensão de sobrevivência da SS, se vierem a contrair casamento ou constituir união de facto, estão obrigados a comunicar isso ao CNP, cessando a pensão de sobrevivência (art.º 41º, pág. 159). -A taxa de IRC, que foi de 25% antes deste Governo e é de 23%, baixará em 2015 para 21%(!!!!!!). IRS e IVA, pagos pelas pessoas, subiram, IRC, pago por empresários, desceu e desce ainda mais (!!!!!) (art.º 178º, pág. 173). -Há adicional de IUC para veículos a gasóleo (Artº2000º, pág. 230 e 231). - Passam a ser consideradas entidades beneficiárias de mecenato cultural as pessoas colectivas, públicas ou privadas, que desenvolvam, sem fins lucrativos, actividades de natureza e interesse cultural, nomeadamente de defesa do património material e imaterial, teatro, ópera e bailado, música, organização de festivais e outras manifestações artísticas e da produção cinematográfica, audiovisual e literária, museológica, bibliotecária e arquivística (a somar ao que muitos receberão do agravamento de direitos de “autor”!!!!!!) (Artº202º, pág. 235 a 237). -Mantém-se o valor da contribuição para o audiovisual em 2,65€ (art.º 229º, pág. 273) -O IRS (mais de 13 mil milhões) e o IVA (mais de 14 mil milhões) são, de longe os impostos de maior volume. O IRC ficará por cerca de 4,7 mil milhões. São as pessoas e não as empresas quem sustenta a maior fatia do OE2015 (Mapa I). -A Presidência da República gastará 14,78 milhões, a AR 101,1, a administração local 2493,5, a Presidência do Conselho de Ministros 261,2. Etc. A máquina política é grande sorvedouro dos dinheiros públicos (Mapa II). -As despesas correntes são estimadas em 47965,6 mil milhões, sendo de 8514,5 mil milhões as de pessoal. As despesas de capital são estimadas em 92186 mil milhões. Assim, as despesas com pessoal são estimadas em cerca de 17,75% das correntes e de 6% das totais (correntes mais de capital). Um mito que se desfaz, quando se alega ser apenas de reduzir pessoal para se reduzir o défice (Mapa IV). 3- Claro que há muito mais a esmiuçar nesta Proposta, mas julgo ter falado dos mais sensíveis para os cidadãos comuns. Abordarei a proposta de alteração do IRS após estar disponível o seu texto.</p>
Data:	18-10-2014 16:49:57

Contributo para a Apreciação Pública do Proposta Lei Nº 254/XII

Diploma:	Proposta Lei
N.º:	254/XII
Identificação do sujeito ou entidade:	Atónio José de Matos Nunes da Silva
Morada ou Sede:	R. Melvin Jones, 4, 1-F-E
Local:	Oeiras
Código Postal:	2780-133 Oeiras
Endereço Eletrónico:	ajmnsilva@gmail.com
Texto do Contributo:	<p>Por a reforma do IRS estar associada ao OE: Ainda não foi publicada a Proposta de Lei do Governo quanto a alterações ao IRS mas, face a declarações nas TVs e jornais, julgo oportuno , desde já, alertar para as 2 seguintes medidas de que falam. 1- O benefício de redução de IRS de famílias numerosas é moralmente aceitável, mas não é universal, nem incentivo suficiente à natalidade. Não é universal porque dela não beneficia quem não paga IRS, ou, o que deveria pagar, já era eliminado mas por outras razões, como despesas de saúde. Não é incentivo à natalidade porque quem se aproxima de benefício suficiente é quem ganha muito bem e, se desejar ter filhos, já terá mais do que o suficiente para os sustentar. Medida mais consentânea com os 2 dois objectivos, universalidade e incentivo à natalidade, seria através do abono de família, alargando o seu âmbito aos diversos dependentes a cargo, dando-lhe universalidade e, tanto quanto possível, aumentando o seu montante. E já houve tempos em que foi universal. 2- A restituição de parte da contribuição extraordinária de solidariedade ficar dependente da evolução positiva das receitas em relação às previsões do OE não é credível e pode ter efeitos perniciosos. Não é credível porque a Proposta de OE prevê um montante de receitas dos serviços públicos integrados (comparando os Mapas I) superior ao de 2014 em 3 327 507 521 (mais de 3,3 mil milhões). Enquanto a receita de IRC baixará e o efeito do combate à fraude e evasão fiscal não será tão progressivo como pensam e pode estar próximo de saturação. Embora a receita do IVA e do IRS (este pela criação de mais alguns postos de trabalho) possa ter alguma subida, por melhoria do mercado interno derivada de alívio fiscal dos pensionistas e dos trabalhadores da função pública, ela não chegará aos 3,3 mil milhões. E pode ter efeitos perniciosos porque o Secretário de Estado, pressionado, prometeu que as tabelas de retenção de IRS para 2015 contarão com tal reembolso. Os sujeitos passivos vão assim pagando menos IRS do que deveriam, mas vão gastando o líquido que recebem mensalmente. Quando chegarem a 2016, no encontro de contas do IRS, arriscam-se a ter de pagar IRS, em vez de receberem. Mas sem o dinheiro que foram gastando ao longo de 2015! Dramas pessoais e dores de cabeça para os novos governantes.</p>
Data:	19-10-2014 15:55:42